

OS IMPACTOS DOS FEMINISMOS E DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO CURRÍCULO EDUCACIONAL

FRANÇA, Fabiane Freire *

FELIPE, Delton Aparecido **

RESUMO

A professora Margareth Rago, pós-doutora e livre docente da Universidade Estadual de Campinas, é professora titular do Departamento de História desde 1985. Foi professora visitante da Universidade de Colúmbia em Nova York, entre 2010 e 2011, e do *Connecticut College* nos Estados Unidos, entre 1995 e 1996. Ministrou aulas na Universidade de Paris 7 em 2003. Fez parte do Coletivo responsável pela publicação da revista "Libertárias", entre 1998 e 2000 e é uma das coordenadoras da revista digital feminista internacional LABRYS. A professora tem estudos e pesquisas sobre feminismo, subjetividade, gênero, Foucault e anarquismo, dentre outras temáticas. Atualmente é assessora científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e participa do Centro de Cultura Social de São Paulo. Nessa entrevista, a professora dialoga sobre polêmicas atuais no campo das Teorias Feministas e dos Estudos de Gênero e seus impactos nos currículos educacionais.

Palavras-chave: Teorias Feministas. Estudos de Gênero. Currículo.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – Paraná (UEM/PR). Mestre em Educação e Pedagoga. Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Campo Mourão – Paraná – Brasil. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Educação para as Relações de Gênero (NERG/UNESPAR) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC – Cnpq). E-mail: prof.fabianefreire@gmail.com

** Pós-Doutor em História, Doutor em Educação, Mestre em Educação e Historiador. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) – Paraná – Brasil. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e do Núcleo Estudos Interdisciplinar Afro-brasileiros (NEIAB) e participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC – Cnpq). E-mail: ddelton@gmail.com

THE IMPACTS OF FEMINISMS AND GENDER STUDIES IN EDUCATIONAL CURRICULUM

FRANÇA, Fabiane Freire *

FELIPE, Delton Aparecido **

ABSTRACT

The Professor Margareth Rago, post-doc and free professor at the Campinas State University, is a professor in the History Department since 1985. She was a visiting professor at Columbia University in New York, between 2010-2011, and also from Connecticut College in United States between 1995/1996 and taught classes at the University of Paris 7 in 2003. She was part of the Collective responsible for the publication of the magazine "Libertarian" in 1998-2000 and is one of the coordinators of the international feminist digital magazine Labrys. The professor has studies and research on feminism, subjectivity, gender, Foucault, anarchism, among other themes. It is currently a scientific advisor to the Foundation for Research of the State of São Paulo, the CAPES and the National Council for Scientific and Technological Development and participates in the Social Cultural Center of São Paulo. In this interview, the professor dialogues on current controversies in the field of Feminist Theories and Genders e Studies their impact on educational curriculum.

Keywords: *Feminist Theories. Gender Studies. Curriculum*

* PhD in Education from the State University of Maringá - Paraná (UEM / PR). Master in Education and Pedagogy. Lecturer at the Pedagogy Collegiate of the State University of Paraná (UNESPAR) - Campo Mourão Campus - Paraná - Brazil. She is currently coordinator of the Gender Education Education Center (NERG / UNESPAR) and leader of the Research and Education, Diversity and Culture Group (GEPEDIC - Cnpq). E-mail: prof.fabianefreire@gmail.com

** Post-Doctor in History, Doctor in Education, Master in Education and Historian. Professor of the Department of History of the State University of Maringá (UEM / PR) - Paraná - Brazil. Member of the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN) and the Interdisciplinary Studies Center Afro-Brazilian (NEIAB) and participant in the Group of Study and Research in Education, Diversity and Culture (GEPEDIC - Cnpq). E-mail: ddelton@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Em julho de 2014, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação o Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos. A aprovação gerou inúmeras discussões em âmbito nacional, estadual e municipal sobre o que se deve ou não estar nos currículos escolares. Uma das decisões tomadas pelos signatários desse documento foi a retirada dos termos identidade sexual e de gênero, sob a pretensa alegação de que a escola, ao tratar desses temas, estaria ensinando “ideologia de gênero” aos alunos e às alunas. Na concepção dos grupos que defendem a retirada das discussões de gênero do currículo escolar, tais estudos podem provocar uma perda de identidade das crianças, o que indica que esse grupo parte do pressuposto de que nascemos com determinada identidade de gênero e que não é papel da escola problematizar os papéis atribuídos aos meninos e às meninas na sociedade.

O documento contraria uma série de pesquisas atuais inseridas dentro desse arcabouço, que pressupõem que as relações de gênero – feminino, transgeneridade e masculino – constroem-se na cultura e nas relações de poder. Supõe-se que esses estudos contribuem para discussões que fundaram projetos como o “Brasil sem Homofobia”, de 2004, que visa ao Combate à Violência e à Discriminação contra os grupos LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e à promoção da cidadania homossexual; como também a Lei Maria da Penha, de 2006, um dispositivo legal brasileiro que visa aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos.

Parece-nos que, apesar das conquistas obtidas nessas duas primeiras décadas do século XXI, com o projeto e a Lei supracitados e mesmo resoluções internacionais como a Resolução do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que condena qualquer tipo de discriminação motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, deparamo-nos com muitas resistências de certos setores da sociedade em dialogar sobre essas questões e que buscam evitar que a escola seja um espaço para essas discussões.

Esses foram alguns dos motivos que nos impulsionaram a convidar a professora Margareth Rago para uma conversa acerca de uma epistemologia feminista que atravessasse os

currículos atuais; afinal, a professora Rago é uma das pesquisadoras mais renomadas na área dos Estudos Feministas e de Gênero. A autora publicou diversos periódicos e livros, como: *Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (RAGO, 1985); *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina* (RAGO, 1991); *Imagens de Foucault e Deleuze, ressonâncias nietzschianas*, organizado por Alfredo Veiga-Neto e Luiz Lacerda Orlandi (RAGO, 2002); *Foucault, a História e o Anarquismo* (RAGO, 2004); *Feminismo e Anarquismo no Brasil. Audácia de Sonhar* (RAGO, 2007); dentre outros.

Nesta entrevista, concluída no mês de setembro de 2015, destacamos as discussões da autora a respeito dos conceitos de epistemologia feminista, gênero e história, bem como de sua influência pelos estudos foucaultianos e suas percepções dos limites e possibilidades que temos enfrentado ao dialogar acerca dos impactos dos feminismos e do gênero nos currículos escolares.

Entrevistadores: Professora Margareth Rago, em algumas de suas publicações, como “Epistemologia feminista, gênero e história” (RAGO, 1998), a senhora utiliza o termo Epistemologia Feminista atrelado às discussões de gênero como possibilidades abertas para a produção do conhecimento. Poderia nos explicar, nessa perspectiva, quais seriam os objetivos dessa epistemologia para a educação?

Margareth Rago: A área de estudos feministas teve um crescimento considerável desde os anos de 1970 e, no Brasil, sobretudo a partir da década seguinte, trazendo tanto trabalhos em sociologia, antropologia e história das mulheres, como reflexões filosóficas norteadas pelo chamado “pensamento da diferença”. Nesse sentido, os conceitos e as problematizações de filósofos como Foucault, Derrida, Deleuze, entre outros, foram fundamentais e inspiraram e têm inspirado trabalhos de filósofas hoje renomadas como Judith Butler, Rosi Braidotti, Elisabeth Grosz, Margaret McLaren, Jana Sawicki, Chloe Taylor, Dianna Taylor. No Brasil, os trabalhos de Tania Swain, Cláudia Fonseca, Lia Machado, entre inúmeras outras teóricas e intelectuais feministas ressoaram fortemente na produção acadêmica, atingindo várias áreas do conhecimento.

=====

Nesse sentido, afetaram profundamente o campo da educação, e de vários modos. Obviamente, essa produção visou mostrar que o sujeito universal era uma abstração e que somos engendrados tanto por dispositivos de poder quanto por práticas de subjetivação marcadas pela classe, etnia, gênero e geração, dentre outros marcadores. Essa produção deixou claro que falar no abstrato, isto é, em nome de todos, significava mascarar o discurso masculino, em geral misógeno, excludente e hierárquico e excluir o corpo. Mas mais do que isso, revelou que o pensamento moderno se estruturou a partir de oposições binárias (razão e emoção, público e privado, ocidente e oriente, masculino e feminino, heterossexual e homossexual, etc.) que não apenas dividiram o mundo entre o normal e o patológico, o desejável e o indesejável, como produziram hierarquias e exclusões violentíssimas. Ser o segundo termo da equação significava ser excluído dos direitos de cidadania, por exemplo, ser desqualificado como irracional e, portanto, necessitar do governo do outro. Legitimava-se, assim, as formas modernas da dominação, naturalizando-se identidades que, na verdade, haviam sido construídas por práticas discursivas, científicas, religiosas, repetidas incansavelmente, que impregnaram o imaginário social e o senso comum. Ora, no campo educacional, isso se refletiu de maneira contundente, já que as exclusões, estigmatizações, preconceitos, formas hierárquicas de pensar, de se relacionar com o outro de maneira humilhante e violenta, sutilmente às vezes, tornaram-se evidentes e puderam ser desmascaradas, criticadas e subvertidas, em muitos momentos. Levo em conta, nesse relato, que muitos modos tradicionais e excludentes, sexistas e racistas continuam a vigorar fortemente em nossas escolas e em outras instituições do saber.

Entrevistadores: Considerando que a “crítica feminista à ciência incide na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista” (RAGO, 1998 p. 24), quais seriam os princípios norteadores da Epistemologia Feminista e dos Estudos de Gênero para o currículo escolar? E quais os limites para a realização dessas discussões?

Margareth Rago: Não pretendo estabelecer nenhuma carta de princípios feministas norteadores para a elaboração de currículos e para a educação brasileira, mas me atrevo a discutir algumas questões que me parecem importantes nessa direção. Considero que vários autores da área da

Educação têm feito um trabalho notável, nas últimas décadas, trazido críticas contundentes e levantado discussões aprofundadas no sentido de renovar os procedimentos educacionais e as interpretações tradicionais, desbloqueando o pensamento para formas libertárias de atuação e de vida.

Creio, contudo, que valeria a pena insistir sobre a dimensão feminista e a inclusão dos estudos do gênero em nossos currículos e práticas educacionais, já no Ensino Médio, é claro, pois é preciso formar os/as jovens, a partir de referências mais humanizadas, filóginas e abertas para as diferenças. De nada nos serve criar jovens preconceituosos, intolerantes, racistas e sexistas que perpetuariam modos de relação com o outro e consigo mesmo, vale lembrar, pautados pelo egocentrismo, pela inferiorização do outro, pela estigmatização, humilhação e exclusão dos diferentes. Já sabemos que esse modelo social e cultural, que esteve em vigor por séculos, na Modernidade, de maneira tão naturalizada, se esgotou e foi devidamente criticado por inúmeros autores/as, não apenas no campo feminista, obviamente. Vale pensar no pós-estruturalismo, em filósofos como Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, nos estudos pós-coloniais, assim como na psicanálise, como bem lembra Heloísa Buarque de Hollanda em seu belo livro *Pós-Modernismo e Política*, ou ainda, em *Tendências e Impasses*.

Certamente essa crítica não é apenas intelectual, já que a própria presença das mulheres e das feministas em vários espaços sociais, produtivos e educacionais, com suas demandas, questionamentos e reivindicações produziu profundas rupturas e questionamentos práticos nos modos de ser, nas relações estabelecidas, nas conversas e atitudes, mas, sem dúvida, a teoria é fundamental e necessária para que tenhamos linguagem para nomear os fenômenos, compreendê-los e lutar contra o que definimos como opressão e violência.

Nesse sentido, a epistemologia feminista trouxe ensinamentos, reflexões e críticas contundentes a um mundo que falava no registro masculino, – e masculino tradicional, vale lembrar – mas que não evidenciava seu *modus operandi*, não evidenciava o quanto era fundado em relações de saber-poder, valendo-me de Foucault, e como se autoapresentava como a verdade definitiva e única devendo ser acatada por todos e todas. Daí a importância, por exemplo, da introdução da categoria do gênero, no Brasil, nos anos 1990, desconstruindo uma série de noções e

=====

interpretações como a de que o sexo biológico poderia explicar a identidade do indivíduo e de que o indivíduo havia nascido com certas aptidões inatas e carências para sempre. O discurso científico lombroseano (vide dr. Cesare Lombroso), forte desde o século XIX, com suas classificações tipológicas dos corpos e dos indivíduos em toda a humanidade, imperavam sem contestação, repetidas e assumidas como verdades objetivas e definitivas.

Ora, as discussões teóricas promovidas pelos feminismos, portanto, foram fundamentais para que novos movimentos sociais/sexuais emergissem com argumentos, explicações, entendimentos próprios, para que novas práticas fossem assumidas, para que as pessoas passassem a se subjetivar de outro modo e pudessem, portanto, recusar o modo de subjetivação/sujeição que lhes era imposto. Esse movimento atingiu a escola, a educação, a formação dos jovens e dos adultos, certamente, e a própria família. Não é fácil reinventar-se, não é fácil dar-se conta dos preconceitos pessoais que, em geral, atrapalham definitivamente as relações com o outro, impedem que a escuta, o diálogo e logo a construção de redes necessárias para que a vida se torne menos sufocante e difícil. Mas “tirar os *bobs*” que prendem a cabeça é tarefa inadiável para a construção de novos mundos éticos, libertários e filóginos.

Aproveito para dizer como me impressiona a ausência desse termo – filógeno, oposto a misógino – em nosso repertório cotidiano. Como se só tivéssemos integrado o lado negativo das relações de gênero, sabendo muito bem o que é a opressão cotidiana vivida pelas mulheres, pelos gays, pelos transgêneros, travestis, transfeministas, para não falar dos negros e negras, mas desconhecendo a herança em relação às formas da liberdade, ao acolhimento, ao respeito e ao amor pelo outro.

Entrevistadores: Em sua obra “A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade” (RAGO, 2013), a senhora investiga como feministas brasileiras viveram e agiram durante o período do regime militar, utilizando as lentes teóricas do filósofo francês Michel Foucault. Poderia nos relatar como foi essa experiência da escrita da obra, do “contar-se”?

Margareth Rago: O trabalho de criação desse livro foi muito emocionante, exigindo um olhar atento para as figuras admiráveis que foram suas personagens. Aliás, essas mulheres, conhecidas “feministas históricas” foram escolhidas exatamente por me provocarem forte admiração há muito tempo, por um desejo de conhecer mais de perto suas vidas, seus modos de pensar, suas ações e, portanto, entender melhor a história recente do Brasil, que eu também vivi. Não tenho dúvidas que falar dessas feministas foi uma experiência de falar também de mim mesma, de muitas dimensões subjetivas, internas, emocionais, psíquicas, mas escolhi falar delas e não de mim. Queria realizar uma história da subjetividade, a partir da experiência de mulheres transgressoras, ousadas, corajosas, que correram os riscos para afirmarem suas verdades, o modo que escolheram de viver.

Então, Foucault foi fundamental, porque no mesmo momento em que eu realizava esse trabalho, valendo-me de vários de seus operadores e de suas problematizações, novos cursos do filósofo eram publicados, esclarecendo e aprofundando suas concepções. Cito como norteadores da minha pesquisa as noções de modos de subjetivação, artes da existência, de “escrita de si” e coragem da verdade em situação de risco, além é claro de sua analítica do poder, trazendo a noção de biopolítica, governamentalidade, poder pastoral.

Vale destacar que Foucault opõe a “escrita de si” dos antigos à confissão, como uma hermenêutica do sujeito que afirma a identidade essencial, a ideia de um ser que nasce pronto e que tem como tarefa aprofundar seus dons inatos, que aliás se revelam até na configuração corpórea. Essa concepção da narrativa autobiográfica, de quem Rousseau é o grande nome, não aponta para o “conhecimento de si” como uma dimensão do preceito mais fundamental, o “cuidado de si”, como um trabalho sobre a própria subjetividade, uma escultura de si transformadora, capaz de formar o cidadão como um indivíduo ético, para além do “sujeito de direito”.

Essas discussões sobre a ética em Foucault são muito esclarecedoras e permitiram-me olhar diferentemente para as práticas feministas, já que as mulheres feministas questionaram teórica, histórica e praticamente uma identidade que lhes era imposta desde o século XIX, centrada na

=====

maternidade e no doméstico, e nesses cinquenta anos de lutas feministas, puseram muita coisa no lugar.

Assim sendo, o que procurei mostrar com falar de si, “contar-se”, para me valer da expressão de uma delas, a teóloga feminista Ivone Gebara, não visou encontrar uma essência escondida nos arcanos do coração, que se desdobraria ao longo da vida, mas significou retrabalhar-se, reinventar-se subjetivamente, e isso aparece em suas leituras do passado e do presente, obviamente. Destinada à esfera privada, ao casamento e à maternidade, todas elas transpuseram imensas barreiras e criaram outros modos de existência, novas formas de organizar o mundo, de interpretar as práticas, de relacionar-se com o outro. Trabalhei as narrativas autobiográficas dessas sete feministas – Amelinha Teles, Crimeia de Almeida, Ivone Gebara, Gabriela Leite, Maria Lygia Quartim de Moraes, Norma Telles e Tânia Swain – na chave da “escrita de si” que Foucault encontra nos antigos gregos e também a partir da crítica literária feminista, que aponta para a ruptura que a autobiografia feminista instaura em relação aos cânones dominantes.

Avançando nessa pesquisa histórica, articulei suas práticas de contestação da identidade feminina, do “dispositivo da sexualidade” que captura as práticas das mulheres, mas também sua ousadia nas lutas contra a ditadura militar com a noção de parrésia, destacando a experiência parresiástica de enfrentamento do poder com a coragem da verdade em situação de risco extremo. Várias foram presas, torturadas, outras exiladas e sofreram traumas violentos pela situação política e social do país, naquele período de fechamento terrível.

Contudo, é claro que não se trata de considerá-las “novos gregos” ou gregas, mas de mostrar como herdamos uma tradição importantíssima, que nos chegou de algum modo, como também mostra Foucault em relação aos cínicos, em seu livro *A coragem da verdade*, especialmente ao observar que sua doutrina atravessou os séculos, a despeito dos estigmas pela história da filosofia, ressoando nos movimentos revolucionários do século XIX, dos quais somos herdeiros diretos...

Entrevistadores: Professora Margareth Rago, em suas pesquisas, a senhora tem evidenciado diversas mudanças nas relações de gênero no Brasil desde o período da ditadura até os dias atuais, dentre elas, as conquistas das mulheres nas esferas públicas, no mercado de trabalho, em suas próprias percepções sobre seus corpos e suas sexualidades. Em contrapartida, tivemos recentemente um movimento liderado por padres e pastores contrário às discussões de gênero nos planos nacional, estaduais e municipais de educação, pois para eles, as discussões de gênero na escola remetem-se a uma “ideologia de gênero”. Como a senhora analisa esses posicionamentos sobre o que esse grupo considera “ideologia de gênero”?

Margareth Rago: É visível que a direita, e penso em todas as dimensões das posições de direita – na política, nas igrejas, em relação à sexualidade, ao gênero, à etnia, ao passado brasileiro e não apenas no Brasil, – a direita se articula e se manifesta à vontade em nossos dias. De modo que o que acreditávamos ser passado se mostra como o que “não passa”, ao menos facilmente. Veja-se o que acontece com os refugiados na Europa, na África e em outras partes do mundo, veja-se ainda o ódio ao Partido dos Trabalhadores que se evidencia em alguns setores da sociedade, inconformados com as políticas públicas, com o acesso dos pobres aos supermercados, ou aos aeroportos, às viagens ao exterior, à educação em universidades estrangeiras, como tive a oportunidade de conferir.

Nesse contexto, a sexualidade, ou o “dispositivo da sexualidade”, com analisa Foucault, entra em cena com uma força impressionante. Todos os antigos preconceitos que herdamos de Agostinho, aliás, santo, como o que diz que as prostitutas são “um esgoto seminal”, voltam à tona e são afirmados como verdades absolutas pela população, entre ricos e pobres. Tenho muito medo do sentimento de ressentimento, como analisa Nietzsche na *Genealogia da Moral*, tenho medo desse desejo de vingança, da lógica punitiva que impulsiona muita gente desejosa não apenas da pena de morte e do encarceramento das crianças e adolescentes, com a redução da maioridade penal, mas também defensora de linchamentos, de espancamentos, ou da morte dos diferentes. Se não tivéssemos a história do nazismo para nos informarmos sobre tudo isso, ainda poderíamos afirmar a ignorância, o desconhecimento da violência que os preconceitos pessoais ou coletivos mobilizam, mas não é o caso, o que torna esse panorama ainda mais assustador.

=====

Assim sendo, também assusta o desejo de forçar as mulheres a ficarem em casa, ou, quem sabe, a usarem burcas e a serem impossibilitadas do acesso à educação, como vemos em grupos extremistas, no Oriente. Enfim, o próprio termo “ideologia do gênero” revela um total desconhecimento do tema, mas ao mesmo tempo um profundo ódio à autonomia das mulheres, e de outros grupos sexuais; é misoginia extrema em ação, com apoio divino!

Entrevistadores: E como essas resistências aos Estudos de Gênero podem ser analisadas pelas lentes foucaultianas? De qual maneira esses discursos podem afetar os currículos escolares e as ações educativas?

Margareth Rago: Essas formas de normatização, de estratégias de poder em relação aos estudos do gênero representam um profundo retrocesso em relação aos avanços que temos tido. Significa uma destruição cultural enorme e um atraso do país em relação a outros países, onde essas questões já foram debatidas à exaustão e estão amplamente incorporadas em práticas e em estudos, como nos Estados Unidos e Canadá. No exterior, qualquer autor de renome incorpora explícita ou implicitamente as discussões de gênero em suas análises, entendendo que já não se pode falar da humanidade, das sociedades, sem considerar as chamadas “minorias”, dentre as quais as mulheres, os gays, os transgêneros, entre outros, assim como os negros, indígenas etc. Os estudos pós-coloniais aí estão caminhando também nessa direção.

Ora, não permitir que alunos/as jovens possam pensar melhor e ampliar suas reflexões, ocultando conceitos, categorias de análise e teorias desenvolvidas e sofisticadas só pode ser chamado de **barbárie** e profundo obscurantismo, não vejo melhores termos para isso. Será que o passo seguinte será rever nossa história e ensinar que nunca houve escravidão no Brasil, que as mulheres sempre quiseram ser exclusivamente mães e satisfazer sexualmente os homens, maridos ou não, que as famílias sempre foram do tipo nuclear e que, portanto, a história é desnecessária, já que a realidade é transparente e pode ser percebida desde que algum Deus conceda esse favor a algum iluminado?

O quadro, sem dúvida, é muito assustador! Mas também acredito que temos munição e argumentos suficientes para reverter esse quadro e para formar uma ampla articulação das esquerdas empenhadas na construção de um novo mundo, mais humanizado, ético, libertário e filógino. Tenho visto inúmeros grupos e coletivos que lutam incessantemente contra esse avanço das forças retrógradas e, mais do que isso, inventam, criam e propõem outros modos de existência, para além da “lógica punitiva”, como bem denunciam. Parabéns a todos esses grupos e às suas iniciativas.

Obrigada pelo espaço da entrevista,

Um forte abraço!

=====

REFERÊNCIAS

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista: Gênero e História. In PEDRO, J.M & SCHIEBINGER, Londa. **Feminismo Mudou a Ciência?**. Bauru: SP. EDUSC, 1998.

RAGO, Margareth. Libertar a História. In: ORLANDI, Luiz B.L.e VEIGA-NETO, Alfredo (Org). **Imagens de Foucault e Deleuze ressonâncias nietzchianas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

RAGO, Margareth. **Foucault, História & Anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil**. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri. 3 ed. ver. amp. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

Artigo recebido em 06/01/2016.

Aceito para publicação em 21/03/2017.